

Brasil terá carga tributária recorde com o ajuste

Presidente da Fiesp, Horácio Piva, diz que pacote é o oposto do que deveria ser a reforma tributária

Aguinaldo Novo, Cristina Canas e Cleide Carvalho

• SÃO PAULO. Com a elevação de alíquotas anunciada ontem pelo Governo federal, a carga tributária total no Brasil vai passar de 31% para 33,46% do Produto Interno Bruto (PIB), um recorde histórico. O cálculo é do consultor Antoninho Marmo Trevisan, da Trevisan, que já considerou em suas contas a previsão oficial de queda de 1% do PIB no próximo ano. O Governo, no entanto, estima que a carga atual é de 30% e vai passar para 31,5%. A carga tributária mede o peso de todos os impostos, diretos e indiretos, nas três esferas de Governo. O indicador vem crescendo de forma acelerada nos últimos anos. Era de 22% em 89, 24% em 91 e pulou para 25% em '94, ano da adoção do Plano Real. De lá para cá, já aumentou seis pontos percentuais.

Pelos dados da Trevisan, a carga tributária no Brasil ultrapassou a dos Estados Unidos, que é de 32%. Ficou maior também a diferença em relação a outros países da América do Sul. Na Argentina, o peso dos impostos é de cerca de 15% do PIB, enquanto o contribuinte chileno arca com 11% do produto interno. Na Suécia ou em Luxemburgo, a carga chega a ser superior a 50%, mas o estado garante assistência médica, escola e outros benefícios a todos os contribuintes.

CPMF é maior responsável pelo aumento da carga tributária

Desta vez, o grosso da mordida do Governo vai sair da CPMF, cuja alíquota vai passar de 0,2% para 0,38% — um aumento de 90%. Dos R\$ 13,269 bilhões extras que a equipe econômica espera arrecadar em 1999, R\$ 7,293 bilhões vêm da cobrança da CPMF.

Os empresários já falam em repassar o novo aumento de impostos para os preços. Também devem ficar mais caros os produtos destinados à exportação. Este é o efeito imediato do aumento da carga e há quem afirme que com isso o Governo só consegue desestimular a atividade industrial.

— O pacote vai ajudar a gerar

empregos na Argentina e no Paraguai. É uma política de proteção (das contas públicas) às avessas, que somente vai colaborar com os nossos parceiros do Mercosul — afirma o tributarista Ives Gandra Martins.

Os empresários paulistas já avisaram ontem que querem a redução imediata das taxas de juros para níveis de 20% ao ano, como contrapartida às medidas de ajuste fiscal. Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, os industriais vão dar seu aval às medidas do Governo, mas não concordam com o aumento da carga tributária. A avaliação da Fiesp é de que o pacote foi no sentido oposto do que deveria ser a reforma tributária, ao onerar a indústria.

— Vamos ajudar no que for possível, inclusive usando nosso poder de pressão junto ao Congresso. Mas queremos ver a taxa de juros caindo rapidamente — afirmou Piva.

O empresário afirmou ainda

que a empresa nacional não tem condições de fazer investimento e considerou que o aumento da CPMF e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins, de 2% para 3% sobre o faturamento bruto) foram uma solução simples encontrada pelo Governo para combater a crise. A avaliação da Fiesp é de que o aumento da alíquota da Cofins também será repassado ao preço dos produtos nacionais. Como considera o pacote recessivo, a entidade espera um crescimento do desemprego. Os setores mais atingidos devem ser os que estão mais endividados.

CPMF e Cofins ficarão com 50% do lucro líquido de empresas

Fazendo coro aos empresários, o tributarista Roberto Quiroga fez alguns cálculos e chegou a valores "absurdos", para usar uma expressão sua. Com o aumento da CPMF e da Cofins, só a Receita Federal vai abocanhar quase 50% do lucro líquido das grandes empresas. A média anterior era de

25%. Quiroga considerou algumas premissas: a empresa em questão tem faturamento anual superior a R\$ 50 milhões e lucro de 10% (corresponde à média hoje no mercado). Nem mesmo a possibilidade de deduzir a Cofins do IR amenizaria o impacto da mordida.

O aumento da alíquota da Cofins vai representar uma arrecadação de R\$ 3,375 bilhões no próximo ano. Além de mexer na alíquota, o Governo resolveu estender a cobrança aos bancos — antes isentos.

A alteração acabou chamando a atenção de alguns especialistas. Marcos Almeida, sócio-diretor da Arthur Andersen para a área de impostos, cobra uma compensação. É que os bancos pagam alíquotas maiores de PIS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do que as empresas. O desconto do PIS é de 0,75% para os bancos, contra 0,65% para as empresas. No caso da contribuição social, a alíquota do setor é de 18%. As empresas pagam 8%.

Já o advogado Genisón Augusto Couto Silva, do escritório Levy Salomão, defende a remuneração por parte do Governo dos depósitos judiciais e extrajudiciais que serão transferidos para os cofres do Tesouro Nacional.

No pacote anunciado ontem, o Governo prevê receita de R\$ 1,4 bilhão só em 1999. Faz isso independentemente de decisão da Justiça. Hoje, explica Silva, a Caixa Econômica Federal remunera esses recursos com base na TR.

Tributaristas aguardam o detalhamento do pacote

Os tributaristas aguardam para os próximos dias o detalhamento do pacote. Há dúvidas, por exemplo se os empresários vão poder deduzir do Imposto de Renda só um ponto percentual da Cofins ou a alíquota total. Existe também uma expectativa em relação à melhora dos mecanismos de controle da sonegação. Hoje, em cada um real tributado pelo Governo, pelo menos outro real se perde no ralo da sonegação. ■

O VOCABULÁRIO DO AJUSTE

• **COFINS:** É a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e incide sobre o faturamento bruto das empresas. A alíquota, que era de 2%, passou a ser de 3%, com a possibilidade de deduzir esse ponto percentual extra do IR.

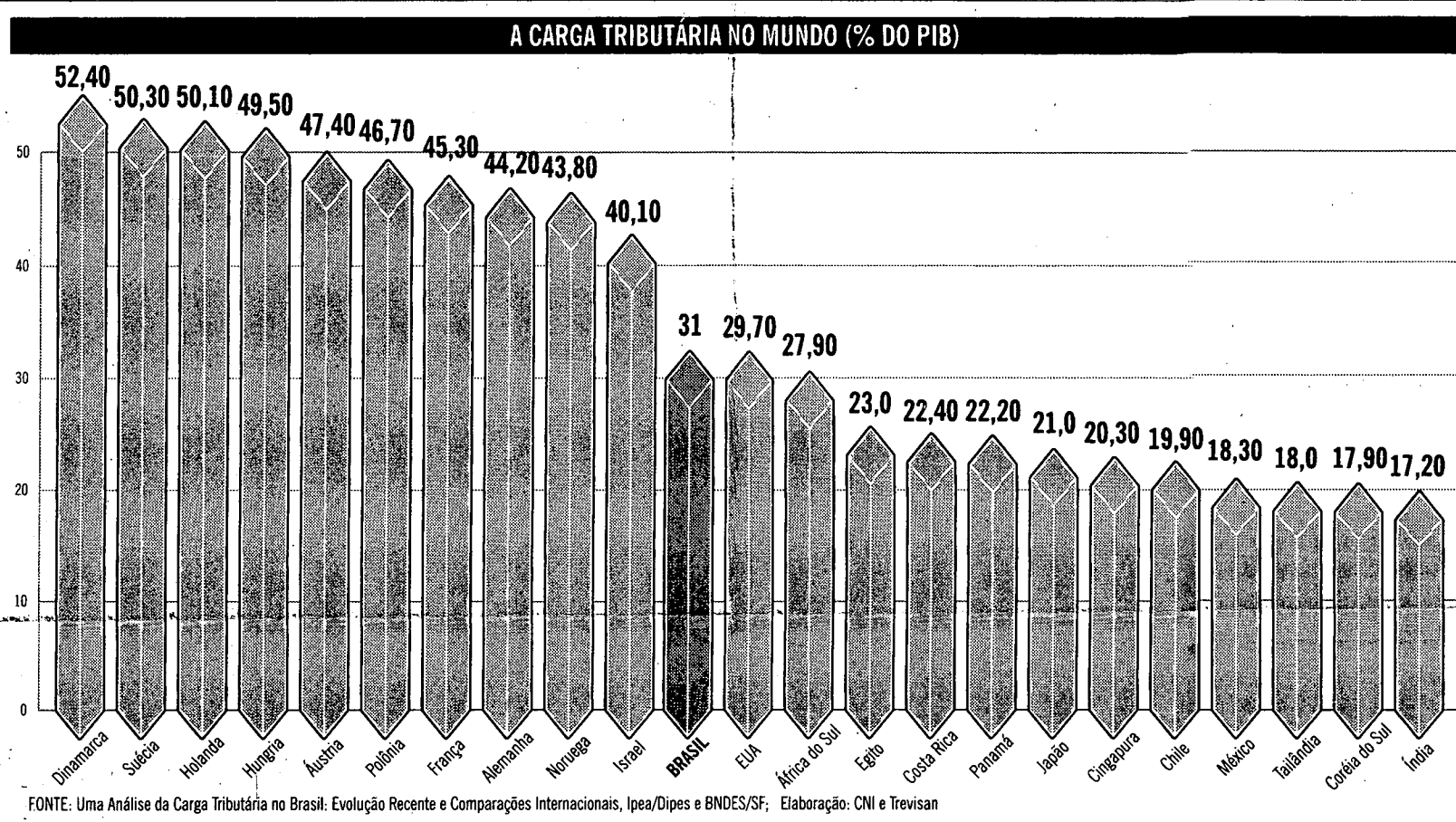
• **EQUALIZAÇÃO:** Cobrar a contribuição de outras empresas e instituições financeiras que antes não recolhiam esses valores aos cofres públicos. A cobrança deve render R\$ 1,2 bilhão ao Governo por ano.

• **LUCRO REAL:** É o lucro registrado pela empresa em seu balanço, depois de descontados todos os impostos

• **LUCRO PRESUMIDO:** É o lucro estimado em relação ao faturamento bruto da empresa, sobre o qual se aplicam as alíquotas do Imposto de Renda. Como essa alíquota não varia, se a empresa lucrar além do esperado, não precisa recolher a diferença para o Leão. Na situação inversa, acaba pagando mais imposto. Há algumas exceções para a aplicação da legislação do lucro presumido. A empresa deve ter faturamento anual de até R\$ 12 milhões, não pode ter capital aberto ou atuar no setor financeiro.

• **CARGA TRIBUTÁRIA:** É quanto se arrecada de impostos no país. Geralmente, a carga é medida em percentual do PIB. No caso do Brasil, a arrecadação representa cerca de 30% do PIB. Ou seja, os impostos sobre pessoas físicas e empresas representam um terço da riqueza produzida no país.

• **FEF:** Fundo de Estabilização Fiscal. É um fundo constituído por recursos retidos pela União. É dinheiro que ela deixa de repassar a estados e municípios e que deixa de aplicar em determinados gastos, como manda a Constituição.



Editoria de Arte